TEMA DE CAPA

# Legalizar para combater os cartéis

Nos últimos 40 anos, a estratégia mundial de combate à droga baseou-se na militarização do combate ao narcotráfico. Tornou-se evidente que esta abordagem fez mais mal do que bem e, da esquerda à direita, da América Latina à Europa, multiplicam-se as vozes pedindo outra política.



ILUSTRAÇÃO DE BRYAN SAUNDERS, EUA

# Está na hora de enterrar a guerra contra a droga

Da Europa aos EUA alerta-se que a "guerra à droga", lançada por Nixon em 1971, não só impediu o aumento do consumo como fortaleceu os cartéis.

**REVISTA HARPER'S MAGAZINE**
**NOVA IORQUE**

Em 1994, John Ehrlichman, um dos protagonistas do escândalo Watergate*, revelou-me um dos grandes mistérios da história moderna: como enveredaram os EUA pela proibição de estupefacientes, daí resultando tanto sofrimento e tão poucos resultados?

A América criminaliza as substâncias psicoativas desde a lei de 1875 que proibiu o ópio nas casas de fumo de São Francisco, mas foi o chefe de Ehrlichman, o Presidente republicano Richard Nixon, o primeiro a declarar guerra à droga, lançando o país numa via de repressão contraproducente que ainda hoje se mantém.

Encontrei Ehrlichman, ex-conselheiro de Nixon para os assuntos internos, numa empresa de engenharia de Atlanta, onde trabalha no recrutamento de minorias étnicas. Mal o reconheci. Engordou desde o Watergate e exibe uma barba de lenhador. Respondeu às minhas perguntas iniciais com alguma indiferença: "Quer mesmo saber o que aconteceu?" Disse isto com o ar de quem, depois de ter conhecido o opróbrio e a prisão, já nada tem a perder. "Nixon tinha dois inimigos: a esquerda pacifista e os negros. Sabíamos que não podíamos perseguir nem as pessoas que se manifestavam contra a guerra do Vietname nem os negros. Mas quando conseguimos que os cidadãos associassem os *hippies* à marijuana e os negros à heroína, e os apresentámos como perigosos delinquentes, foi possível desestabilizar essas comunidades, deter dirigentes, fazer buscas domiciliárias, interromper as reuniões, denegri-los sistematicamente nos telejornais. Sabíamos que estávamos a mentir quanto à relação desses grupos com as drogas. Claro que sabíamos."

> Se o sistema legal for credível, se a droga for fiável, se os impostos não forem altos, os viciados sairão do mercado negro

A invenção da guerra à droga foi uma cínica manobra de Nixon, mas, desde então, todos os Presidentes, republicanos ou democratas, a mantiveram, embora por razões diversas. Não é possível ignorar o colossal custo dessa guerra: milhões de dólares desperdiçados, um banho de sangue na América Latina, assim como nalgumas ruas de cidades americanas, e milhões de vidas destruídas por penas draconianas de prisão.

Já, em 1949, o jornalista H.L. Mencken tinha identificado, nos americanos, "o medo, a raiar a obsessão, de que alguém pudesse ser feliz", formulação que responde à nossa necessidade puritana de criminalizar a tendência do ser humano para aspirar a uma vida melhor. A procura de estados de consciência alterados criou um mercado; ao reprimir esse mercado criámos novos *gangsters*: *dealers*, vadios, contrabandistas, assassinos... A dependência de drogas, sendo terrível, é rara. Aquilo que mais tememos — violência, *overdoses*, criminalidade - deriva da proibição e não das drogas em si. E, aqui, nunca poderemos ganhar.

A própria agência de luta contra a droga (DEA) reconhece que os produtos cujo consumo tenta erradicar são cada vez mais fáceis de encontrar e mais baratos.

Está na hora de mudar. Estão em curso, nos EUA e noutros países, alternativas à proibição pura e dura. Há 23 estados, a que se junta o distrito federal de Columbia [que inclui Washington], que autorizam a marijuana para fins terapêuticos e outros quatro - Colorado, Washington, Oregon e Alasca - legalizaram a canábis. No Arizona, Califórnia, Maine, Massachusetts e Nevada deverá haver referendos em novembro. No Vermont, os heroinómanos podem evitar a prisão se aceitarem seguir um tratamento financiado pelo Estado. Na Europa, Portugal descriminalizou a canábis, a cocaína, a heroína e outros estupefacientes. Em 2014, o Canadá lançou, em Vancouver, um projeto-piloto que permite que os médicos receitem aos toxicodependentes heroína farmacêutica. Na Suíça, existe um programa semelhante e, no Reino Unido, a Comissão dos Assuntos Internos da Câmara dos Comuns aprovou uma recomendação nesse sentido.

Em julho de 2015, o Chile adotou um projeto lei de legalização do uso terapêutico e recreativo da canábis, autorizando os particulares a cultivarem um máximo de seis plantas.

**Meio século de guerra**

"Quando travamos uma guerra durante 47 anos e não vencemos há que pensar noutras soluções", declarou o Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, à BBC, em dezembro, imediatamente antes de assinar um decreto de legalização da canábis para fins médicos. Em novembro, o Supremo Tribunal do México considerou inconstitucional a proibição do consumo de marijuana, por se imiscuir "na esfera individual" e violar o direito "à dignidade" e "ao livre desenvolvimento do indivíduo". O Supremo Tribunal Federal Brasileiro poderá seguir-lhe o exemplo.

A ideia de legalizar a droga pode convencer tanto os conservadores — que, por princípio, desconfiam do excesso de intervenção governamental e do desrespeito da liberdade individual — como os progressistas, chocados com as prerrogativas da polícia, a violência na América Latina e a criminalização de gerações inteiras de negros. Vai ser necessária muita coragem para alargar o debate à legalização de todas

AUTOR
Dan Baum
(excertos)

DATA
01.04.2016

TRADUTORA
Ana Caldas

as drogas, mas não será tão difícil como pensam alguns responsáveis políticos. Entre 19 e 21 de abril, a Assembleia-Geral da ONU realizou a primeira sessão extraordinária sobre o tema desde 1998, na altura convocada com o lema: "É possível um mundo sem drogas". Muitos países já não acreditam em medidas musculadas. Esta mudança tornou-se patente em 2012, na Cimeira das Américas de Cartagena das Índias (Colômbia), onde, pela primeira vez, dirigentes da América Latina questionaram se a legalização e regulamentação das drogas não seriam uma abordagem mais adequada ao hemisfério sul. A Assembleia-Geral ocorreu numa altura em que quatro estados e a própria capital dos EUA, inimigo n.º 1 da droga, terem legalizado a marijuana. "Há um dado novo: Washington já não pode aplicar no país aquilo que defende no estrangeiro", frisa um membro do Órgão Internacional de Controlo dos Estupefacientes (OICS), que vela pelo respeito das orientações da ONU.

**Legalizar mas com prudência**

No momento em que entrevemos o fim, ainda ontem impensável, da guerra contra a droga, façamos avançar o debate do porquê para o como. Para tirar o máximo de benefícios da legalização, não basta declarar que as drogas passam a ser lícitas. Há riscos colossais. Entre 2001 e 2014, os EUA registaram um aumento de 500% de mortes por *overdose* de heroína e de 300% dos óbitos atribuídos a medicamentos com receita médica [nomeadamente analgésicos opiáceos]. Isto demonstra a nossa incapacidade para gerir a utilização de opioides, proibidos ou regulamentados. Uma progressão significativa das dependências ou das *overdoses* na sequência da legalização das drogas seria uma catástrofe a nível da saúde e poderia convencer a comunidade internacional a regressar à era da proibição da qual, finalmente, estamos a sair.

Para minimizar riscos, há que encontrar sistemas mais eficazes de regulação da venda, normalização, inspeção, distribuição e tributação das drogas perigosas. Há um milhão de possibilidades e talvez de início não tomemos as decisões mais acertadas. Mas podemos basear-nos no desmantelamento da Lei Seca nos anos 30.

Mark Kleiman, professor de Políticas Públicas na Universidade de Nova Iorque e crítico da guerra à droga desde os anos 70, explica que, caso a cocaína fosse legalizada, nada demonstra que o número de cocainómanos nos EUA viesse a ser inferior ao número de alcoólicos: 17,6 milhões de pessoas. E acrescenta que a legalização da cocaína poderia agravar a dependência tanto de cocaína como do álcool: "O problema do álcool é que dá sono, mas a cocaína dá uma chicotada. O problema da cocaína é que tira o sono, mas o álcool compensa esse efeito". Assim, o enorme aumento das taxas de dependência que prediz parece plausível.

> A guerra à droga foi um recurso da administração Nixon para identificar negros e opositores ao Vietname com o crime

Mas não é forçoso que assim seja. Os Países Baixos descriminalizaram oficialmente o consumo e posse de canábis em 1976, e pouco depois a Austrália, a República Checa, a Itália, a Alemanha e o estado de Nova Iorque seguiram-lhe o exemplo. Em nenhum caso, a canábis levantou problemas significativos de saúde ou segurança. No entanto, como a canábis é uma droga leve que não provoca grande dependência física, o desafio estava ganho à partida.

Vejamos Portugal, que, em 2001, decidiu descriminalizar não só a canábis mas também a cocaína, a heroína e todas as outras drogas. Tecnicamente, as drogas continuam a ser proibidas e a venda é considerada crime, mas a aquisição, consumo e posse de uma quantidade máxima equivalente a dez dias de consumo próprio são, quando muito, penalizados com coima. Nenhum outro país foi tão longe e os resultados são surpreendentes. A vaga de turistas de droga que alguns temiam nunca se verificou. O consumo dos adolescentes portugueses aumentou numa primeira fase, antes e após a descriminalização, mas depois estabilizou, quando o efeito novidade se esbateu.

Também o consumo regular de drogas duras regrediu após a descriminalização, tendo passado de 7,6 para 6,8%. Comparemos estes números com os da Itália, que não descriminalizou e onde as taxas passaram de 6 para 8,6% no mesmo período. Como os toxicodependentes portugueses podem obter seringas descartáveis, a descriminalização parece ter reduzido consideravelmente o número de contaminações com VIH (267 em 2008, contra 907 em 2000). Finalmente, a nova legislação portuguesa teve um efeito notável na população prisional. O número de detidos por delitos relacionados com drogas diminuiu mais de metade e, hoje, representa apenas 21% dos presos. Mas se seguirmos as lições de Portugal, teremos de recordar que, antes de conceder livre acesso a drogas perigosas, as autoridades previram estruturas de apoio aos toxicodependentes. Investiram em programas médicos. Existem comissões de dissuasão, compostas por um médico, um assistente social e um jurista, que podem intervir do ponto de vista terapêutico e, se necessário, impor uma coima relativamente modesta. A experiência portuguesa não nasceu de um dia para o outro: desde os anos 70, o país tem vindo a investir nos serviços sociais e criou, no fim dos anos 90, o rendimento mínimo garantido. A rápida expansão do Estado-providência contribuiu sem dúvida para os graves problemas económicos do país, mas ajudou a reduzir casos graves de toxicodependência. A descriminalização teve tanto sucesso em Portugal que ninguém põe a hipótese de voltar atrás.

**Reprimir tráfico ou consumo?**

Partindo destes ensinamentos, porque não consideram os EUA a via da descriminalização? A ideia é brilhante: deixar em paz os pequenos consumidores inofensivos e os drogados e concentrar a repressão no tráfico. No entanto, não basta descriminalizar. Embora a experiência portuguesa tenha sido coroada de êxito, Lisboa não controla, nem o grau de pureza das drogas nem as doses e não arrecada um cêntimo em receitas fiscais da venda dos estupefacientes. Os circuitos de abastecimento e distribuição continuam nas mãos da criminalidade organizada e continuam a verificar-se atos de violência relacionados com droga, corrupção e repressão. O efeito da descriminalização das drogas na criminalidade não é evidente. Alguns delitos mais ligados ao consumo de drogas aumentaram depois da descriminalização — 66% para os roubos de esticão, 15% para os roubos de viaturas —, enquanto outros diminuíram (os assaltos a residências caíram 8% e a lojas 10%.) Um estudo da polícia portuguesa revelou um aumento dos delitos de oportunidade e uma redução dos crimes premeditados e violentos, mas não retirou conclusões quanto a uma eventual ligação à descriminalização das drogas.

O modelo português de descriminalização não resultaria nos EUA porque Portugal é um país pequeno, com legislação e forças policiais nacionais, enquanto os EUA são um mosaico de jurisdições. Para já, a administração Obama decidiu não se imiscuir nos assuntos dos estados que legalizaram a canábis, mas o tempo passa e os governos mudam. Não conseguiremos beneficiar dos efeitos de uma abordagem

ILUSTRAÇÃO DE BRYAN SAUNDERS, EUA

sanitária em vez de judiciária enquanto os estupefacientes não tiverem sido legalizados a todos os níveis da jurisprudência americana, assim como o álcool foi legalizado em 1933, após a revogação da 18.ª emenda da Constituição (Lei Seca).

Um dos flagelos que conduziram à Lei Seca foi o sistema de *tied houses*, lojas de bebidas alcoólicas que pertenciam a fábricas de cerveja ou destilarias que comercializavam os seus produtos de forma agressiva. Quando a Lei Seca já estava no fim, o filantropo John D. Rockefeller Jr. encomendou um relatório que aconselhava um controlo governamental total da cadeia de distribuição de álcool. Claro que tal nunca aconteceu. As *tied houses* foram proibidas mas a destilaria Seagram, a fábrica de cerveja Anheuser-Busch e outras empresas enriqueceram graças ao fabrico e venda de álcool.

**Estudar o exemplo da Lei Seca**

Habituámo-nos a viver com as consequências do álcool legalizado, embora o álcool saia caríssimo ao país em termos de mortalidade e de perda de receita fiscal. Mas, hoje, ninguém defenderia o regresso à proibição, em parte porque o sector dos vinhos e bebidas espirituosas é muito lucrativo e poderoso. Os *binge drinkers* (20% da população) consomem mais de metade do álcool vendido.

Somos, portanto, forçados a reconhecer que, apesar das boas intenções dos apelos a um "consumo responsável", todo o sector assenta sobre bebedores irresponsáveis. Simultaneamente, a influência do lóbi do álcool mantém os impostos baixos.

Segundo Keliman, os impostos sobre o álcool representam 10 cêntimos de dólar por copo, enquanto o custo do alcoolismo para a sociedade em doenças, acidentes rodoviários e violência em geral é cerca de 15 vezes superior. Será necessário gerir a legalização das drogas melhor do que a legalização do álcool se queremos limitar a toxicodependência, impedir as crianças de aceder à droga, garantir substâncias o mais puras possível, controlar as doses e limitar a condução sob o efeito de estupefacientes.

Se conseguirmos mobilizar a vontade política temos de estabelecer, desde logo, um monopólio da distribuição de drogas, antes que o génio saia da garrafa. Suíça, Alemanha e Países Baixos conseguiram disponibilizar heroína aos toxicodependentes através de redes de dispensários públicos sem fins lucrativos. As vantagens de um monopólio estatal sobre um mercado liberalizado, mesmo regulamentado, seriam enormes. Quase todos os que se debruçaram seriamente sobre o fim da proibição das

> Portugal deu passos em frente no combate à toxicodependência, ao despenalizar o consumo próprio de droga

drogas concordam que um dos primeiros objetivos seria desencorajar o consumo. Isso pode ser feito, pelo menos em parte, no âmbito de um sistema de lojas regulamentadas, através de campanhas de publicidade e promoção enquadradas; proibindo a venda a menores; fixando distâncias mínimas obrigatórias entre os locais de venda e as escolas; regulamentando a dosagem e pureza das substâncias; limitando o número de locais de venda e horas de abertura.

Porém, num sistema comercial a única forma de o estado influenciar os preços — primeiro fator de dissuasão — reside na tributação dos produtos. O mais difícil é estabelecer o montante da taxa. Quais os critérios para o fixar? Os impostos federais sobre vinhos e bebidas espirituosas são calculados em função do teor em álcool, mas é impossível medir o teor de THC [tetrahidrocanabinol] de cada estirpe de canábis.

Com base no peso? Correríamos o risco de promover a aquisição de drogas duras, pois quanto mais forte é uma droga, menos se compra. Com base no preço de venda? Os preços das substâncias legalizadas podem cair subitamente, já que os *dealers* não poderão continuar a beneficiar do "prémio de risco da atividade", vai nascer a concorrência e a inovação fará aumentar a produção. Para manter os preços a um nível suficientemente elevado que desencoraje o consumo, os legisladores terão de controlar permanentemente os preços e os políticos que arriscar a sua reeleição ao defenderem aumentos fiscais impopulares do ponto de vista político. Impostos demasiado elevados, pelo contrário, poderiam dar alento a um mercado paralelo, cujo produto escaparia aos impostos.

Um monopólio estatal para a distribuição resolveria este problema, já que a fixação dos preços se tornaria uma questão administrativa e não legislativa. A produção de canábis, cocaína e heroína poderia manter-se nas mãos de operadores privados e os produtores poderiam fornecer lojas do Estado, tal como as empresas Smirnoff, Coors e Mondavi fornecem as lojas de álcool controladas pelo estado.

Se o custo de produção de determinada droga baixar devido à inovação ou à concorrência, aumentam os rendimentos da agência governamental que a comercializar. Paralelamente, é muito mais fácil o estado fixar a dosagem e o grau de pureza de produtos que vende em lojas próprias, do que controlar as de produtos distribuídos num mercado liberalizado. O governo poderia então regulamentar a publicidade, a atratividade da embalagem e a comunicação.

**Mais receita para o estado**

Por fim, quando o Estado detém um monopólio, os lucros entram nos cofres do estado e não nos bolsos de acionistas privados. O facto de o Estado retirar lucros de um produto cujo consumo tenta desencorajar pode parecer hipócrita, mas, na verdade, é o que se passa atualmente com o tabaco, o álcool e os jogos de azar. Normalmente, os estados compensam o lado imoral desses lucros, aplicando-os na educação ou noutros programas sociais. No caso das drogas, as receitas poderiam servir para financiar o tratamento dos toxicodependentes.

No entanto, enquanto a legislação federal americana continuar a proibir formalmente a canábis, a cocaína ou a heroína, e a impor restrições severas às metanfetaminas, é difícil imaginar um monopólio estatal sobre o comércio da droga copiado do modelo das lojas de álcool. Mesmo que levantassem a proibição das substâncias inscritas no Anexo I da lei americana sobre substâncias controladas, estariam os legisladores dispostos a legalizá-las e, sobretudo, a desenvolver estruturas governamentais para as distribuir?

Enquanto o Congresso americano não tiver requalificado a canábis, a heroína e a cocaína, teremos de nos contentar com uma solução menos má: experiências a nível dos estados que contornam a proibição federal da canábis e confiam a exploração comercial a indústrias privadas.

O estado do Colorado é o que foi mais longe nesta matéria e a sua experiência permite tirar muitos ensinamentos. Desde 2000, autoriza a canábis para uso terapêutico, distribuída através de um sistema de dispensários privados autorizados. Inicialmente, tinha exigido uma integração vertical do mercado de canábis: os dispensários apenas poderiam vender as plantas que cultivassem, o que, em teoria, iria facilitar a regulação do mercado, "da planta ao consumidor". Depois, em novembro de 2012, 55% dos eleitores aprovaram a emenda 64 da Constituição do Colorado que legalizava a canábis para uso recreativo.

A partir daí, em vez de impor o seu monopólio, o estado preferiu estabelecer

uma rede de estabelecimentos autorizados. Em 2014, renunciou também à exigência de integração vertical. Cinco semanas após o referendo de 2012, os cidadãos do Colorado, maiores de 21 anos podiam possuir e consumir canábis legalmente. Mas os retalhistas e produtores só foram autorizados a operar a partir de janeiro de 2014, ou seja, 14 meses depois do referendo. O prazo visava permitir que o estado tivesse tempo para criar um serviço de controlo da canábis (dependente das Finanças) e integrar a canábis na legislação de venda a retalho e que o referido serviço redigisse as normas relativas a sinalética, publicidade, tratamento de resíduos, videovigilância, rotulagem, tributação e distância entre locais de venda e escolas.

No Colorado, a economia da canábis legal começa a assemelhar-se à do álcool: os fumadores quotidianos são apenas 23% dos utilizadores, mas consomem 67% da produção. Talvez as proporções fossem as mesmas quando a marijuana era ilegal e, provavelmente, o número de fumadores diários manteve-se. Nunca saberemos. Em compensação, sabe-se que o mercado da canábis, tal como o do álcool, tem a sua base nos grandes consumidores.

É igualmente difícil avaliar o impacto da legalização na criminalidade. Esta diminuiu perto de 2% em Denver em 2014, primeiro ano em que a marijuana foi plenamente legalizada. Curiosamente, sondagens efetuadas junto de 40 mil adolescentes antes e depois da legalização mostraram que, por um lado, menos jovens consideram a marijuana perigosa — como previam os oponentes da legalização —, mas menos jovens fumam charros. Estarão a mentir? Será uma anomalia estatística? Ou será que o fim da proibição fez a marijuana perder algum do seu atrativo?

Apesar de tudo, houve falhas no Colorado. Os 14 meses de diferença entre o referendo e a abertura dos locais de venda não bastaram para elaborar legislação sobre aspetos como o ueso de pesticidas pelos produtores ou as dosagens nos produtos alimentares à base de canábis. As autoridades também não tiveram tempo de elaborar as novas orientações para a polícia, que não sabia bem como atuar quando se deparava com quantidades de marijuana elevadas. Havia quem fizesse ligações elétricas em série para alimentar plantações domésticas e pegasse fogo à casa toda. E, em Denver, houve uma vaga de assaltos e roubos a estufas e locais de venda de canábis.

A lei dá às jurisdições locais liberdade para autorizarem ou não os locais de venda a retalho. Inicialmente, apenas 35 condados do Colorado o fizeram, o que explica que a nova receita fiscal desse estado nos seis meses que se seguiram à legalização fosse de apenas 12 milhões de dólares, ou seja, um terço do esperado. É também possível que, ao fixar o imposto sobre a canábis no retalho em 10%, acima do imposto normal, o estado tenha elevado muito a fasquia. Parece que alguns consumidores continuam a abastecer-se no mercado negro, muitas vezes mais barato. Ainda assim, em 2015, o Colorado arrecadou quase 135 milhões de dólares de imposto sobre a marijuana.

**Um novo sector económico**

Reprimir as culturas não autorizadas e dar formação à polícia foi relativamente fácil. Mais difícil será impedir as grandes empresas de açambarcar o mercado e viciar as cartas. Embora a legalização se limite, para já, a quatro estados e ao distrito federal de Columbia e a canábis terapêutica seja autorizada apenas em 23 estados, a produção legal já tem um peso de 5,4 mil milhões de dólares. A revista *Forbes* publicou uma lista das "oito empresas de canábis mais cotadas na Bolsa": inclui empresas de biotecnologias, fabricantes de distribuidores automáticos especializados e de vaporizadores que permitem inalar sem engolir alcatrão ou sem combustão. O próprio *Wall Street Journal* já apresenta a canábis como um investimento sério.

Os cidadãos dos estados americanos que legalizaram a marijuana puseram em marcha uma máquina mais potente do que pensavam. "Sem proibir a canábis o governo não pode continuar a sua guerra contra a droga", repete Ira Glasser, que dirigiu a União Americana das Liberdades Civis entre 1978 e 2001. "Tirando a canábis, o consumo de drogas é mínimo e não se justificam as despesas policiais e judiciárias para os outros estupefacientes, cujo consumo é ridiculamente reduzido. Sempre pensei que, se cortássemos a esta hidra a sua cabeça, ou seja, a marijuana, a guerra contra a droga deixaria de fazer sentido."

Quando pensamos (nós, habitantes do Colorado) na marijuana legal, sentimos a satisfação de termos sido dos primeiros a fazer algo inteligente. Estamos tão divididos como os outros no que respeita a imigração, armas de fogo e alterações climáticas, mas a nossa polícia já não perde tempo a perseguir quem está a fumar um charro.

Mesmo que as receitas fiscais da canábis — afetadas às escolas públicas — não sejam tão elevadas como esperávamos, o estado ganha com um produto que, antes, lhe custava tão caro. A marijuana já faz parte dos hábitos das pessoas. E não compreendemos quando vemos os outros estados a insistir em considerá-la uma ameaça para o público. Falei com muitas pessoas, nos Estados Unidos e fora, e não encontrei ninguém que defenda locais de venda de heroína, cocaína ou metanfetaminas semelhantes aos pontos de venda de canábis no Colorado.

A maioria dos especialistas pensa que, embora não passando pelo monopólio estatal, a distribuição de drogas duras devia ser sujeita a algum enquadramento. Uma rede de conselheiros, que não seriam obrigatoriamente médicos, controlaria o papel de determinada droga na vida das pessoas. Quando Mark Kleiman pensa na legalização da cocaína imagina, por exemplo, que os consumidores poderiam estabelecer a própria dose. "As pessoas poderiam decidir aumentar a dose através de um procedimento administrativo ou consultar alguém para controlar a sua dependência. Assim poderíamos privilegiar a saúde a longo prazo e não nos atermos ao imediato."

Eric Sterling, diretor executivo da Criminal Justice Policy Foundation, uma associação antiproibição, imagina um sistema semelhante. "A alguém que dissesse: 'Quero cocaína porque estimula a minha criatividade', ou 'Quero cocaína para ter orgasmos mais intensos', poderíamos responder : 'Porque é que não tem energia? Faz desporto?', ou : 'Que outros fatores podem estar a afetar a sua vida sexual?'" Sterling sugere que as pessoas que queiram experimentar LSD ou outras substâncias psicadélicas poderiam dirigir-se a acompanhantes especializados que, como os guias de montanha, receberiam formação, seriam pagos e teriam seguro para conduzir o neófito através de um território potencialmente perigoso.

Os viciados em cocaína, heroína ou alucinogéneos poderiam não aderir e continuar no mercado negro. Mas como salienta Sterling, esta atitude comporta riscos. "A vida do toxicodependente é uma via sacra: encontra um *dealer*, negociar, encontrar um local para se injetar..." Se o sistema legal for bem concebido — se as drogas forem fiáveis e vendidas a preço razoável, se o procedimento não for muito pesado, se os impostos sobre o produto não forem demasiados —, os consumidores acabarão por preferir a legalidade ao mercado negro.

Será a concorrência e não a violência a vencer os criminosos que controlam a distribuição de drogas. "Criaremos um enquadramento adaptado ao consumo de drogas", conclui Sterling. Onde "os exageros e as ficções desaparecerão por si". ●

** O escândalo Watergate foi um caso de espionagem política que levou à demissão do Presidente republicano Richard Nixon, em agosto de 1974.*

# Legalizar é convidar ao consumo!

A despenalização é uma via promissora, mas tem riscos. Pode a América Latina dar-se ao luxo de subsidiar o consumo de drogas quando não consegue garantir as necessidades básicas das pessoas?

**SÍTIO LA PÁGINA**
**SÃO SALVADOR**

Recentemente alguém apresentou uma das soluções mais simplistas para resolver o complexo problema do tráfico de droga: segundo essa opinião, a legalização ou descriminalização permitiria lutar contra a violência decorrente do tráfico de estupefacientes.

Todavia, Yuri Fedotov, alto representante do Gabinete para a Droga e a Criminalidade da ONU (ONODC), foi muito claro a esse respeito: "Recordo a quem propõe a liberalização que, anualmente, morrem 250 mil pessoas por causa das drogas. Se forem legalizadas, não estaremos perante milhares de mortos mas perante milhões. Temos a certeza de que é isso que queremos?" "Todos os anos, 200 mil pessoas morrem de *overdose* ou de problemas de saúde relacionados com a droga", voltou a frisar na abertura da Comissão sobre Estupefacientes da ONU [14 de março]. O alto representante quantificou claramente as perdas humanas devidas ao abuso de drogas que, com a legalização, apenas correriam o risco de aumentar.

O argumento da legalização pode explicar-se de várias maneiras: por alguma ignorância das consequências sociais, como uma solução simplista para um assunto complexo que afeta as nossas sociedades; ou então como um argumento que parte de boas intenções, mas sem uma análise sistémica a curto ou médio prazo, ou seja, sem se ter a mínima ideia dos efeitos sociológicos e políticos da droga no núcleo familiar.

A legalização é a solução mais simplista. Promover a descriminalização ou a legalização sem uma análise séria é retórica da mais banal. As drogas não são uma brincadeira e não há soluções mágicas.

Se queremos atacar o problema das drogas seguindo as prioridades, teremos de começar por aplicar estratégias de redução da pobreza relativa e extrema. As terríveis condições em que vivem milhões de pessoas na América Latina são terreno propício ao tráfico de droga, ou seja, ao consumo e à venda.

Quando camadas inteiras da sociedade sobrevivem em condições de extrema pobreza e os sistemas se regem pelo máximo lucro económico e vigora a corrupção política, descriminalizar ou legalizar a droga seria o mesmo que criar um comércio baseado no vício, como acontece com o álcool e o tabaco.

Quando Yury Fedotov, perito na luta contra a criminalidade e o tráfico de estupefacientes, afirma que as drogas provocam a morte de centenas de milhares de pessoas, fá-lo com base em dados estatísticos e com a competência que lhe confere o facto de dirigir a secção da ONU responsável por esta área. Pessoalmente, concordo com ele. Quando estes países progredirem do ponto de vista social, cultural, político e dos direitos humanos, e quando se conhecerem verdadeiramente as dependências, poder-se-á pensar na legalização das drogas. Numa altura em que o sistema está em crise porque não existe evolução sociocultural, é mais uma medida de fachada.

### Vanguardismo ou bom senso?

Se, por hipótese, uma pessoa pudesse consumir drogas como cocaína, marijuana, heroína, etc., com moderação e sem se desligar da realidade nem ficar viciada, eu seria o primeiro a apoiar posições vanguardistas. Agora, se me perguntarem se deixaria o meu filho consumir droga, a minha resposta, que é a de qualquer pessoa de bom senso, será sempre negativa.

Na verdade, sou absolutamente contra a legalização das drogas por causa das

> A droga prejudica a saúde física e mental e a sua legalização não conseguirá pôr cobro à delinquência relacionada com o tráfico de produtos ilícitos

suas consequências sociais. O ambiente sociocultural da região latino-americana não consegue garantir os direitos humanos numa altura em que os Estados falham no seu dever de proporcionar à maior parte das pessoas coisas básicas como educação, saúde ou habitação; não pode, portanto, dar-se ao luxo de oferecer de bandeja a legalização aos delinquentes.

Seria o mesmo que convidar a consumir drogas, pois quando se envia sinais deste tipo aos jovens, está-se a transmitir a ideia de que, ao legalizar o consumo, o Governo o aprova.

### Conter a violência

E permitiria esta medida conter a criminalidade ligada a este flagelo? Não, porque não existe nenhuma política pública para a reintegração de criminosos de outro tipo, e ainda menos para os sicários do tráfico de estupefacientes, inumanos e potencialmente assassinos. Pensar assim é ser ingénuo. Estes grupos apenas passariam para outras esferas de delinquência.

Talvez daqui a algumas décadas se possa fazer um debate a nível regional. Há que observar a realidade com uma visão sistémica mundial. Não podemos fazer uma análise superficial e local sem pensar, de um ponto de vista humano, nas consequências sociais do tráfico de droga. Não podemos permitir que uma minoria que quer drogar-se se escude nos seus direitos enquanto grupo de pressão para impor medidas que poucas pessoas desejam.

Em suma, as drogas são prejudiciais à saúde física e mental e pressupõem uma atitude passiva numa era em que temos de estar atentos ao que está à nossa volta. A legalização não conseguirá pôr cobro à delinquência relacionada com o tráfico de droga. Esse é o cavalo de batalha de pessoas que alucinam quando pensam que estamos prontos para avançar quando, na verdade, a nossa sociedade está mergulhada numa crise sistémica. ●

AUTOR Zarko Pinkas | DATA 29.03.2016 | TRADUTORA Ana Caldas

ILUSTRAÇÃO DE BRYAN SAUNDERS, EUA

# O segredo do sucesso do modelo português

Desde que se despenalizou o consumo de drogas, o sistema posto em prática em Portugal conseguiu arrancar da dependência e reabilitar 40 mil pessoas.

**SÍTIO EL ESPAÑOL**
MADRID

Não é difícil considerar Lisboa uma espécie de paraíso à beira do Atlântico. No entanto, entre 1975 e o início da década de 2000, esse paraíso também era um inferno. "Lisboa era uma cidade completamente diferente no final do século passado", recorda Paula Duarte, lisboeta de 45 anos. "Os edifícios são os mesmos, mas nessa altura as ruas e praças estavam tomadas pela heroína e pelos drogados".

O principal mercado de heroína da cidade era o Casal Ventoso, antigo bairro popular de marinheiros e estivadores. Paula Duarte teve um companheiro de casa que era agarrado. "Um dia pediu-me para o levar ali no meu carro, porque estava em síndrome de abstinência", recorda. "Eu não queria mas ao vê-lo naquele estado acabei por aceitar levá-lo até à entrada do bairro." O que viu ali deixou-a desconcertada: "Era um cenário dantesco. Viam-se centenas de pessoas esqueléticas. Parecia que tinham saído de um campo de concentração".

Mais de cinco mil pessoas iam, todos os dias, ao Casal Ventoso, à procura de substâncias ilícitas. Um número alarmante se tivermos em conta que a população total da área metropolitana de Lisboa roçava os dois milhões de habitantes.

As ruelas cheias de drogados de olhar ausente e feridas abertas eram a representação visual de um país minado pela heroína. Segundo um relatório do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, em 1999, 1% dos portugueses era viciado em heroína. Isto é, 100 mil pessoas. Muitas mais consumiam-na ocasionalmente ou eram dependentes de outras substâncias.

O Governo tentou enfrentar a crise criminalizando a posse de substâncias ilícitas e impondo duras penas de prisão a quem as consumisse. A única coisa que conseguiu foi encher as cadeias de toxicodependentes: em 1999, quase metade dos reclusos portugueses estavam encarcerados por delitos relacionados com o consumo de droga.

Os toxicodependentes não ousavam procurar tratamento, por recearem as sanções legais. Sucessivas sondagens nacionais indicavam a droga como principal preocupação dos portugueses e havia uma enorme pressão sobre os líderes políticos para encontrar uma solução.

**Convite ao tratamento**

Em 2001, o Governo português tomou a decisão radical de descriminalizar o uso e a posse de drogas. Continuaram a ser ilegais, mas o seu consumo deixou de ser um delito, passando a ser punido com contraordenação administrativa. O que até então fora considerado um problema judicial passou a ser um problema de saúde. A reação do Estado perante esse problema seria de ajuda e não de castigo.

Disse-se no estrangeiro que Portugal seria invadido pelo turismo do chuto fácil, mas a despenalização funcionou

Apesar de vários jornais do mundo terem previsto que Portugal iria ficar pejado de turistas à procura de um chuto fácil, passados 15 anos o modelo português é estudado em todo o mundo como um êxito passível de exportação.

Hoje, em Portugal, quem é surpreendido a consumir droga não recebe uma pena de prisão mas sim um convite para receber tratamento. Desde que o sistema entrou em vigor, a taxa de consumo manteve-se estável ou caiu, enquanto aumentava noutros países da União Europeia. A atenção prestada a milhares de toxicodependentes propiciou uma redução das infeções de VIH entre consumidores de drogas injetáveis e o fim da epidemia de mortes por overdose.

Como é possível um dos países mais pobres e conservadores da Europa ter sido pioneiro na luta contra as drogas? A resposta passa por João Castel-Branco Goulão, médico de família e diretor do Serviço de Intervenção dos Comportamentos e Dependências (SICAD). Ideólogo do modelo português, aplica-o há 15 anos. "Até 1975 não havia drogas em Portugal. A ditadura salazarista mantinha-nos demasiado pobres e isolados. Os turistas estrangeiros não vinham, com medo da polícia política, e o movimento hippie nunca cá chegou."

Depois do 25 de Abril, "foi a loucura", recorda Goulão, que era estudante de Medicina na Universidade de Lisboa. "A guerra foi tão violenta que o Governo tinha relaxado o controlo dos soldados e fazia vista grossa ao consumo de drogas em África. Quando os soldados voltaram, vinham com sacos de canábis."

**Como num refúgio**

Na sala de espera da Comissão de Dissuasão de Lisboa, um jovem lamenta a sua má sorte. Há dias estava a fumar um charro à porta de casa quando apareceu um agente da polícia municipal. "O pior é que já estava quase a terminar", diz, com amargura.

Agora vai ser avaliado pela equipa técnica da Comissão, composta por uma psicóloga e assistentes sociais. "O nosso objetivo é fazer um primeiro reconhecimento e apurar os esquemas de consumo e a motivação do indivíduo", explica a psicóloga clínica Raquel Lopes. Apesar do nome "Comissão", as audiências não se realizam em salas de tribunal mas em espaços de conferência onde todos se sentam à mesa. Os membros da Comissão - um psicólogo clínico, um sociólogo e um jurista - vestem roupa normal. "Recebemos 1500 a 2000

AUTOR Aitor Hernández-Morales | DATA 19.03.2016 | TRADUTORA Mafalda Almeida

ILUSTRAÇÃO DE BRYAN SAUNDERS, EUA

pessoas por mês", explica Vasco Gomes, psicólogo clínico e presidente da Comissão de Lisboa. "Se é a primeira infração, o processo fica automaticamente suspenso. Se voltam a ser convocados, são sancionados com uma multa ou trabalho social."

O jovem que aparece na Comissão esta manhã é reincidente. Depois de analisar o relatório técnico e de falar com ele, a equipa fica convencida de que não sofre de dependência, mas castiga-o com uma multa de 25 a 50 euros.

Quando identifica indícios de dependência, a Comissão elabora um programa de tratamento, que pode ir de sessões de terapia até processos de substituição de opiáceos. "Noventa por cento das pessoas com problemas de dependência que passam por aqui aceitam iniciar tratamento", diz a psicóloga Fernanda Brum. "De vez em quando há um que não quer. Não forçamos ninguém. Falamos dos nossos serviços, aconselhamo-los sobre os riscos de consumir drogas e incentivamo-los a voltar quando quiserem. A porta está sempre aberta."

Os que aceitam ser tratados no centro beneficiam de uma rede de serviços de apoio para facilitar a reinserção social. Esta secção propõe módulos artísticos orientados para esse fim. Há uma sala inteira dedicada ao desenho dos característicos azulejos lusos e há ateliês de restauro de móveis, bordados ou informática.

Aos 41 anos, Ricardo é um dos frequentadores deste serviço, que descreve como um refúgio: "Em casa só tenho problemas. O meu pai sofreu um derrame cerebral e está paralisado e o meu irmão é toxicodependente. Venho aqui todos os dias para cumprir um horário e tentar sair dali". E conta: "Comecei a fumar haxixe aos 11 anos e a tomar cocaína aos 14. Aos 19 já me injetava com heroína. As drogas destruíram-me a vida, a minha mulher deixou-me, vivi na rua e quase morri de overdose em 2001".

Há oito anos decidiu dar o passo. Desde então toma metadona diariamente, no âmbito da terapia de substituição de opiáceos. Continuou a fumar haxixe, mas em 2014 também resolveu libertar-se dessa dependência.

### Prioridade às grávidas

Noutra parte do Centro, a médica Esther Casado dirige um módulo que trabalha com grávidas em tratamento. "Estes casos têm prioridade absoluta. Ontem chegou uma nova paciente grávida e heroinómana que começou a terapia com metadona nessa mesma tarde", diz. Vários pacientes participam numa sessão de fisioterapia para grávidas, quando uma mulher alta e elegante os vem cumprimentar. Anuncia ter conseguido emprego numa papelaria e Esther Casado grita de alegria. "Quando ela cá veio pela primeira vez, estava grávida e agarrada à cocaína. Cheirava mal, tinha sinais evidentes de maus-tratos físicos, quase não parecia uma pessoa. Mas fez o tratamento e reconstruiu a vida. Tem uma filha maravilhosa, nasceu sem qualquer complicação e conseguiu deixar a metadona. É um caso de superação sem par", explica a médica. Do outro lado de Lisboa, debaixo de uma ponte, um grupo de homens e mulheres faz fila diante de duas furgonetas brancas. É meio-dia e, durante a próxima hora e meia, a equipa da Associação Ares do Pinhal distribuirá metadona à centena de pessoas que se aproximam. "Qualquer um pode aceder a este serviço", diz Fernando Afonso, que trabalha na associação desde 1987. "Só tem de fazer uma análise de urina instantânea que dê positivo para heroína para iniciar a terapia de substituição."

Começada a terapia, a equipa da Ares do Pinhal faz um seguimento intensivo e prepara um programa para cada paciente. Financiadas pela SICAD e pelo município, as unidades móveis de distribuição de metadona circulam pela cidade ao longo do dia. Atendem 1200 pessoas por dia, de todas as classes sociais imagináveis, de sem-abrigo a controladores de tráfego aéreo ou jornalistas dos grandes meios de comunicação lusos.

### Droga e economia

A descriminalização das drogas em Portugal não resolveu todos os problemas. Estão registados vários casos de consumo de *crack* e, em partes do antigo bairro do Casal Ventoso — esvaziado, destruído e reedificado há anos para pôr fim à venda de drogas — voltou a haver tráfico de substâncias ilícitas. Ainda assim, década e meia após a adoção do modelo português, poucos podem alegar que não tenha sido um êxito.

Em 2001, 16,6% da população consumira drogas nos 12 meses anteriores. Em 2012, esse número caiu para 13,1%. Quinze anos após a aprovação da lei, Goulão considera que o modelo português é digno de estudo e aplicável, "com modificações", noutros países. "A questão é descriminalizar com exatidão. Creio que Portugal deu o primeiro passo e foi pioneiro neste aspeto porque era uma crise transversal, que afetava todas as classes sociais. Enquanto foi coisa de pobres, os toxicodependentes eram gente suja, bandidos. Quando começou a haver casos entre os filhos da elite, essa perspetiva mudou."

O médico frisa que o tráfico de drogas está ligado ao estado da economia. "As pessoas recorrem à droga para fugir de outros problemas e fazem-no porque as drogas são maravilhosas", afirma Goulão. "Eu digo sempre à minha filha de 14 anos: vão-te dizer que as drogas são más. O que é terrível nas drogas é que são boas. Dão sensações muito boas. Dão prazer. O mau é que se transformam no único prazer que as pessoas são capazes de sentir". ●

+

AVALIAÇÃO PROFISSIONAL

## PROIBIR É O PIOR CAMINHO

A prestigiada revista científica THE LANCET divulgou as conclusões a que chegaram 22 peritos médicos convocados pela Universidade Johns Hopkins, em colaboração com aquela publicação britânica. Os clínicos dizem que as políticas proibicionistas do último meio século "contribuíram direta ou indiretamente para violência extrema, doenças, deportações de populações e injustiças", tendo minado "o direito das populações à saúde". THE WASHINGTON POST realça quatro dos argumentos dos especialistas: o aumento brutal dos homicídios no México desde que o Governo encetou a repressão militarizada ao narcotráfico, que reduziu a esperança média de vida no país; o excesso de prisões, primeiro fator de propagação do VIH e hepatite C entre consumidores de droga; a discriminação racial induzida pelas leis antidroga nos Estados Unidos; e a violação dos direitos humanos na aplicação das medidas punitivas, incluindo maus-tratos a prisioneiros mexicanos. Os peritos defendem a descriminalização do consumo não-violento e da posse de toda e qualquer droga. Convidam os Estados a adotar "gradualmente um mercado regulado de droga, avaliado cientificamente". Calculando que apenas 11% dos consumidores sejam dependentes, pedem distinção entre os conceitos de consumo e abuso.